



PROGRAMA PREVINE BRASIL: ANÁLISE DOS PRÓS E CONTRAS DA NOVA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Fernanda Vasconcelos Barroso

Acadêmico, Centro Universitário de Pato Branco-UNIDEP

Cristina Maria Falkoski de Oliveira

Acadêmico, Centro Universitário de Pato Branco-UNIDEP

Georgia Hoffmann

Acadêmico, Centro Universitário de Pato Branco-UNIDEP

Gustavo Barroso

Acadêmico, Centro Universitário de Pato Branco-UNIDEP

Nicole Luiza Schwab

Acadêmico, Centro Universitário de Pato Branco-UNIDEP

vasconcelosnaanda@gmail.com

Introdução: Instituído pela Portaria 2.979, em novembro de 2019, o programa “Previne Brasil” substitui os anteriores critérios fixos e variáveis do PAB para financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS) no SUS. O novo modelo de financiamento, baseado num formato tripartido, consiste em captação ponderada, incentivos a ações específicas e estratégicas e pagamento por desempenho. Desde a sua implementação, o novo modelo suscitou debates entre vários grupos governamentais sobre os potenciais impactos na saúde resultantes desta política. Mormente, perdura-se a discussão sobre os prós e os contras desta nova abordagem de financiamento da Atenção Primária.

Objetivos: Este resumo visa destacar as mudanças financeiras implementadas pelo programa Previne Brasil, abordando suas principais vantagens e desvantagens. O texto procura mostrar como essas mudanças afetaram a política financeira, destacando benefícios como maior eficiência na distribuição de recursos, bem como possíveis limitações, como desafios na implementação e igualdade de acesso aos fundos.

Métodos: O estudo utilizou metodologia de revisão bibliográfica para analisar a evolução financeira do programa Previne Brasil. Envolveu a consulta de fontes acadêmicas, artigos científicos e publicações governamentais para obter uma compreensão abrangente das vantagens e desvantagens do programa. Essa abordagem facilitou a comparação de diversas perspectivas sobre o impacto das mudanças na política financeira e ajudou a identificar tendências e lacunas na literatura, fornecendo bases sólidas para discutir as



implicações financeiras do Previne Brasil. **Resultados e Conclusão:** O Ministério da Saúde manifestou preocupação com a substituição do modelo de financiamento per capita pela captação na Atenção Primária à Saúde (APS). O novo modelo condiciona a transferência de recursos para a população cadastrada pelos municípios, o que pode resultar em menor financiamento para áreas com alta demanda e mais vulneráveis. Isso ocorre porque o sucesso do modelo depende da eficácia dos registros, que varia regionalmente [1]. Como resultado, pode haver uma redução na qualidade e no âmbito dos serviços prestados, uma vez que os municípios podem concentrar-se em aumentar o número de registros em vez de melhorar a qualidade dos serviços. Além disso, a mudança pode levar os pacientes a procurarem atendimento em outros níveis do sistema de saúde, como unidades de emergência. Outra preocupação é que o novo modelo possa despriorizar problemas de saúde não contemplados nos indicadores de avaliação e comprometer o financiamento de equipes de apoio, como o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), essenciais para a integração e fortalecimento da APS [3]. Apesar destas preocupações, os resultados iniciais indicam progressos significativos. Cresceu o número de pessoas com prontuários qualificados e foram financiadas mais de 52 mil equipes de Saúde da Família, das quais mais de 35 mil utilizam o prontuário eletrônico. A nova política também possibilitou a inscrição individual em qualquer equipe, corrigindo distorções do modelo anterior. A informatização das equipes aumentou 24% em menos de dois anos, e há uma maior adoção de ferramentas de gestão clínica. Esses resultados sugerem que, apesar das preocupações, o novo modelo está contribuindo para a melhoria da APS e da coordenação do cuidado no Brasil [2].

Palavras-chave: Atenção Primária. Nova Política de Financiamento. Programa Previne Brasil.

REFERÊNCIAS

1. SETA, M. H. D.; OCKÉ-REIS, C. O.; RAMOS, A. L. P. Programa Previne Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. suppl 2, p. 3781–3786, 2021.



2. HARZHEIM, E. et al. Atenção primária à saúde para o século XXI: primeiros resultados do novo modelo de financiamento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 609–617, 2 fev. 2022.
3. MASSUDA, A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1181–1188, 17 abr. 2020.